

**SYLVIA DEBOSSAN MORETZSOHN & MANUEL PINTO**

sylviamoretz@uol.com.br; mpinto@ics.uminho.pt

**Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS), Universidade Federal Fluminense, Brasil/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal | Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, Portugal**

## **O CASO VAZA JATO: UMA DISCUSSÃO SOBRE VERDADE, POLÍTICA, ÉTICA E CREDIBILIDADE**

### **RESUMO**

Este artigo é uma primeira aproximação para um estudo de caso derivado de pesquisa pós-doutoral, ainda em andamento, sobre a necessidade e as dificuldades do jornalismo no tempo das redes, que tem na discussão da credibilidade sua preocupação central. O foco é o texto de apresentação da série de reportagens conhecida como Vaza Jato, na qual o jornal eletrônico *The Intercept Brasil* (TIB), a partir de material obtido com fonte anônima, expõe várias ilegalidades cometidas pela operação Lava Jato para condenar o ex-presidente Lula e impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais de 2018. A partir de uma discussão sobre verdade e política, o artigo examina a questão da credibilidade no jornalismo como crença verdadeira justificada, explorando a distinção entre credibilidade constituída e credibilidade atribuída, e aplica essa fundamentação teórica à análise dos pressupostos éticos anunciados para justificar a publicação da série e à polêmica que ela provocou. Para isso, parte da campanha publicitária que o TIB mantém online para conquistar apoio, na qual reafirma os princípios clássicos do jornalismo e os alia ao sentido de uma militância que nivela, ainda que apenas retoricamente, a equipe de jornalistas a seu público, e instila nele o sentido cívico de colaboração com o projeto. Discute a dúvida que sempre recai sobre reportagens oriundas de vazamento de informação e questiona o protagonismo dos dois editores executivos do jornal, que restitui ao jornalismo seu caráter político mas implica o risco de uma excessiva exposição que tumultua o ambiente já poluído da guerra ideológica virtual. Conclui que, num contexto de paixões políticas radicalizadas, a explicitação da defesa de causas tende a cristalizar as posições e a alimentar a desconfiança daqueles que, em princípio, os jornalistas precisam conquistar, se pretendem falar além das próprias bolhas.

## PALAVRAS-CHAVE

caso Vaza Jato; credibilidade; ética; jornalismo; verdade

---

## INTRODUÇÃO

Qualquer discussão sobre a Ética no jornalismo remete a duas outras dimensões fortemente problemáticas: a da Verdade e a da Política. Dimensões na maior parte das vezes ambíguas e mesmo contraditórias, mas às quais a prática jornalística necessariamente se refere (quando não as recalca), ora oscilando numa difícil escolha de fidelidades, ora buscando o que parece impossível – harmonizá-las. (Serra, 1989, p. 11)

A reflexão de Antonio A. Serra (1989, p. 11), inspirada no famoso ensaio de Hannah Arendt (1988), é uma referência fundamental para se analisar o caso Vaza Jato – a série de reportagens que *The Intercept Brasil* (TIB) começou a publicar em 09 de junho de 2019, a partir do vazamento anônimo de diálogos via Telegram entre procuradores e o então juiz da Operação Lava Jato, que demonstravam várias ilegalidades na atuação articulada entre eles para condenar o ex-presidente Lula e impedi-lo de concorrer às eleições presidenciais de 2018. Com potencial demolidor equivalente ao do caso Watergate, as reportagens tiveram imediata repercussão internacional, ainda mais, porque o ex-juiz, cuja imagem pública de herói da luta anticorrupção foi trabalhada sistematicamente pela mídia tradicional ao longo dos cinco anos da operação, se havia tornado ministro da Justiça do Governo recém-eleito, o que sugeria uma recompensa pelos serviços prestados por sua atuação tendenciosa à frente da Lava Jato.

Este artigo é uma primeira aproximação para um estudo de caso derivado de pesquisa pós-doutoral no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), ainda em andamento, sobre a necessidade e as dificuldades do jornalismo no mundo das redes, que tem na discussão da credibilidade sua preocupação central. A análise articula o material de campanha do TIB para obtenção de recursos junto ao público e o texto de lançamento do primeiro pacote de reportagens, que reitera os princípios clássicos do jornalismo, denuncia a mídia tradicional por anunciá-los mas não os praticar e explicita a forma pela qual obteve – ou diz que obteve – as informações que começava a divulgar, de modo que o público pudesse tirar suas próprias conclusões. O recurso a esse argumento de base iluminista, que

investe na autonomia dos sujeitos e em sua capacidade de refletir, implica necessariamente, pelo menos, duas ordens de questões: a da própria formação desses sujeitos, da qual depende a sua capacidade crítica, e a maneira pela qual o texto é editado, o que põe em causa a inescapável apreciação sobre a produção do discurso. Mas a principal, à partida, é a credibilidade em relação à origem da informação, que o jornal anuncia.

Informações derivadas de vazamentos levantam sempre uma dúvida suplementar sobre os interesses envolvidos: se age eticamente, o jornalista há de confiar na fonte, mas ela terá apresentado todo o material disponível ou terá selecionado as partes que lhe são convenientes? Esta preocupação, recorrente em textos de crítica de mídia do *Observatório da Imprensa* reunidos por Cerqueira (2004), está no centro das contestações dos envolvidos pela publicação dos diálogos da Vaza Jato, que acusaram a atuação criminosa de um *hacker* e levantaram suspeitas sobre a autenticidade do material.

Se entendermos o jornalismo como crença verdadeira justificada (Lisboa & Benetti, 2015, 2017), poderemos verificar a tendência de se acolher ou refutar os argumentos que sustentam ou contestam a veracidade daquelas informações, independentemente dos procedimentos que permitiriam essa comprovação. No jogo de paixões que a política desperta, e do qual o TIB assumidamente participa, este é um aspecto essencial a se considerar na análise.

## VERDADE E POLÍTICA

A banalização da expressão “pós-verdade” para definir os tempos de hoje torna ainda mais atual e necessária a recuperação da antiga discussão filosófica sobre verdade e política, que tem no famoso ensaio de Hannah Arendt (1988) uma referência obrigatória. Especialmente quando consideramos que a tecnologia digital vem ampliando as possibilidades de manipulação e distorção (Fillion, 2018), de tal modo que nem mesmo discursos gravados em vídeo podem ser tomados imediatamente como credíveis.

Este é um dos desdobramentos promissores que a remissão ao texto da filósofa alemã permite vislumbrar. Outro deles diz respeito à questão central da necessidade de se separar o que é de natureza persuasiva (ou dissuasiva) daquilo que é de natureza coerciva. Daí o exemplo relativo às possíveis interpretações sobre a I Guerra Mundial: tudo poderia ser dito, menos que a Bélgica invadiu a Alemanha (Arendt, 1988). Pois agora, na era da “pós-verdade” e das *fake news* – ou dos “fatos alternativos” –, até isso vem sendo dito.

Neste artigo, entretanto, vamos nos ater mais especificamente a esse conflito entre verdade e política para tratar das tensões inerentes à prática jornalística, e que têm no trabalho do TIB sobre a Vaza Jato um excelente exemplo. No breve ensaio em que aplica as reflexões de Arendt à ética no jornalismo, Antonio A. Serra começa por sublinhar a distinção entre os impulsos originais da verdade e da política:

a busca e a servidão que a Verdade impõe dizem respeito a uma proposta de subordinação do discurso àquilo que é. Ou seja: seguir a Verdade é aceitar, acatar, reconhecer ou ressaltar *algo* que existe independentemente de mim. Um real que se impõe, a despeito de meus desejos, paixões, interesses ou mentalidade e que teria uma força própria, uma “luminância” autônoma, que ao mesmo tempo nos atrai e ofusca, seduz e queima. (...) A Política, por sua vez, se a entendermos neste sentido extenso da convivência (ou hostilidade) humana, da Cidade como espaço antropológico, envolve, ao contrário, um universo onde o relevante são os sujeitos e *seus* discursos, os sujeitos, exatamente com *suas* paixões, interesses e percepções próprios, seus discursos com opiniões forjadas para dar conta de suas estratégias, jogos e barganhas de sobrevivência. (Serra, 1989, p. 11)

Serra (1989) assinala que a essência da política é a ação e que “o significado pleno da ação humana dependerá dos discursos, na medida em que são eles que a registram, que a memorizam, que a interpretam, julgam ou valorizam. Ou a ‘suprimem’” (pp. 12). Por isso, “no dizer de Hannah Arendt, a capacidade de mentirmos (...) é dos poucos dados óbvios e demonstráveis que confirmam a liberdade humana” (Serra, 1989, p. 12). Ou seja: “a mentira deliberada não é um ‘erro’, uma ‘ilusão’ ou uma opinião insuficiente, mas uma *ação*, pois consiste numa forma de intervenção humana no plano do discurso e que atinge diretamente os fatos” (Serra, 1989, p. 12).

O espaço político, diz o autor, traduziria essa ambiguidade própria da ação, no qual a mentira seria um procedimento natural, tantas vezes invocado em nome da segurança ou da eficácia, e que frequentemente obtém adesão pública. “Mais dramático ainda é que, enquanto o ‘homem de verdade’, por sua rendição *ao que é*, parece paralisar-se, impotente, o mentiroso é um homem de ação, que claramente exerce sua liberdade” (Serra, 1989, p. 12).

A prática jornalística é, por tudo isso, *perigosa* – e não apenas em situações abertamente repressivas, mas em sua

natureza mesma. Pois o jornalismo se propõe a *dizer o que é* o político. Propõe-se, assim, a ser, por um lado, uma “voz” a serviço da Verdade, e, por outro, um narrador de um nível da realidade que é ambíguo e mutável – sobretudo que envolve as ações, com sua rebeldia à evidência lógica ou factual. (Serra, 1989, p. 12)

Recorrendo ao que considera ser a fonte mais arcaica do jornalismo – a História –, Serra lembra que a palavra *história* inicialmente significava “expor as informações” e se ligava a outras, como *histôr* – “juiz de uma contenda”, “testemunha” – e *oída* – “eu sei porque eu vi”. E recorda que foi como testemunha e pesquisador que Heródoto se lançou à recuperação dos fatos de sua época, empenhado em valorizar os feitos “tanto dos gregos como dos bárbaros” (Serra, 1989, p. 13), o que significava realizar “uma observação e avaliação paradoxalmente pessoal, pois somente uma independência do sujeito poderá garantir a aproximação entre a Verdade e o Político, ou seja, a objetividade” (Serra, 1989, p. 13).

É neste sentido que o jornalista vive *seu* risco. Porque sabe que seu objeto, a Política, é multívoco e revestido de discursos, muitas vezes da mentira. E porque sabe que a Verdade raramente se oferece, nua e fulgurante, a seu olhar demasiadamente humano. Mas é então que ele pode perceber que sua *ação* como jornalista consiste justamente em fazer desta modesta “pesquisa” uma oportunidade de recuperar, fugazmente que seja, a Verdade na Política. E a simplicidade deste *ato* – dizer o que é – torna-se um momento vital e resplandecente para a experiência humana. (Serra, 1989, p. 13)

## A QUESTÃO DA CREDIBILIDADE

A credibilidade costuma ser referida automaticamente como um valor central para o jornalismo, como se fosse algo autoevidente. A importância da pesquisa que Silvia Lisboa e Marcia Benetti (2015, 2017) vêm realizando está justamente no empenho em demonstrar a necessidade de uma abordagem mais sofisticada sobre esse tema, a partir mesmo da compreensão de que o jornalismo é uma forma de conhecimento do mundo, que tem na obra de Genro Filho (2012) uma referência tão fundamental, quanto pouco compreendida (de Souza, 2016). As autoras indagam, então:

se é pertinente tomar o jornalismo como um modo de conhecimento (...), então *como* este conhecimento se

constitui? *De que modo* o jornalismo se torna um conhecimento? Como funciona este processo? A que elementos o sujeito precisa recorrer e o que deve ser acionado para que, ao final, se possa caracterizar o estatuto cognitivo e epistêmico do jornalismo? (Lisboa & Benetti, 2015, p. 11)

Em seguida, argumentam que o jornalismo deveria cumprir três condições para se tornar um conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação. Assim, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso.

Seria preciso indagar, então, como os veículos jornalísticos constroem sua credibilidade diante do público e como o próprio jornalismo, como campo de conhecimento, adquire ou perde credibilidade. As autoras (Lisboa & Benetti, 2015) reiteram uma distinção fundamental explicitada na dissertação de Lisboa (2012) entre a credibilidade *constituída* (pelos veículos de comunicação) e a credibilidade *atribuída* ou *percebida* (pelo público). A competência e a integridade de quem fala seriam os indicadores primários de credibilidade, constituídos historicamente: antes de mais nada, os valores de verdade e de defesa do interesse público, mas também os de independência, imparcialidade, objetividade, precisão, equilíbrio e coerência, todos a exigir questionamento sobre o seu significado concreto. Não se trata de valores imutáveis, justamente por serem históricos, mas são eles que balizam tradicionalmente as expectativas da audiência sobre o jornalismo e indicam o que o enunciador deve fazer para parecer confiável. Assim,

para que a credibilidade seja atribuída como um predicado, é preciso haver uma correspondência entre a construção da credibilidade pelo enunciador e a percepção desse predicado por parte do interlocutor. (...) Logo, a credibilidade, enquanto atributo de qualidade do enunciador ou de seu discurso, seria dependente da perspectiva de um outro sujeito. A credibilidade constituída de um orador precisa preexistir à percepção do interlocutor, mas só ganha sentido dentro de uma relação intersubjetiva. (Lisboa & Benetti, 2017, p. 54)

As autoras ressaltam, entretanto, que, embora a credibilidade percebida sofra influência direta da credibilidade constituída, ela não estará necessariamente fundada em todos esses mesmos valores e princípios:

é importante compreender que, ao pesquisar credibilidade, precisamos distinguir estes dois horizontes de problemas: o que diz respeito a uma noção mais ampla, inclusive

histórica e ética, sobre o que sustenta a confiança em uma fonte de conhecimento (no nosso caso, o jornalismo), e o que diz respeito à credibilidade efetiva, mensurável, percebida pelos demais sujeitos (no nosso caso, a audiência). Embora essas dimensões – credibilidade constituída e percebida – sejam complementares, elas são distintas e podem exigir procedimentos metodológicos também distintos para serem pesquisadas. (Lisboa & Benetti, 2017, p. 55).

Considerando que “a credibilidade é uma condição vital para se alcançar o conhecimento verdadeiro” (Lisboa & Benetti, 2017, p. 52), as autoras vão buscar na Filosofia a fonte primária para a sua argumentação, para articulá-la às teorias do discurso. Como forma e fonte de conhecimento sobre a realidade, o jornalismo seria parte do processo universal de busca de conhecimento, inserido num “sofisticado sistema de crenças que explica por que atribuímos credibilidade a certos relatos e não a outros” (Lisboa & Benetti, 2017, p. 52). Por isso, o que nos leva a confiar no jornalismo não diz respeito apenas à sua singularidade como conhecimento – tal como Genro Filho (2012) teoriza, a partir da dialética hegeliana, apontando o jornalismo como uma forma de conhecimento baseada no singular, em sua relação com o universal –, mas com o fato de ele ser um ato comunicativo destinado a informar alguém:

as exigências que fazemos ao jornalismo enquanto fonte de conhecimento e a maneira pela qual julgamos sua credibilidade são, em grande medida, as exigências e a maneira pela qual atribuímos confiabilidade a qualquer tipo de fonte de informação. Nós temos mecanismos de percepção e de julgamento, desenvolvidos ao longo de anos e que, em condições normais, nos tornam hábeis em perceber inconsistências no discurso alheio, condição absolutamente essencial para a evolução da espécie e para a vida em sociedade. (Lisboa & Benetti, 2017, p. 52)

Aqui reside um primeiro problema nesta abordagem. Antes de mais nada, seria necessário entender como se formam os mecanismos de percepção e julgamento, que podem perfeitamente acolher os discursos mais delirantes, como é plenamente constatável na atualidade e como já vimos ocorrer ao longo da história. É certo que, de modo geral, dependemos do relato de terceiros – isto é, do *testemunho* sobre fatos que não presenciamos –, mas mesmo nossa compreensão sobre os fatos que testemunhamos dependeria do tipo de mediação que estabelecemos com eles, que, por sua vez, decorre da nossa formação e das crenças que incorporamos

ao longo de nossa vida, que orientam a nossa percepção a respeito deles. Ocorre o mesmo na nossa relação com as fontes através das quais somos informados, e que leva a indagar por que acolhemos umas e rejeitamos outras, tantas vezes irrefletidamente, o que é tão mais frequente quanto maior for o grau de tensão política<sup>1</sup>.

Assim, se é verdade, como Lisboa e Benetti (2017) afirmam, que “a percepção sobre a credibilidade do orador é uma questão essencial na vida em sociedade” (p. 53), permanece o problema de entender por que a mentira – como as *fake news* que se multiplicam como nunca nos tempos atuais –, oferecida por determinados oradores como verdade, é percebida e aceita como tal. Justamente porque, como dizem as autoras (Lisboa & Benetti, 2017), “o conceito [de credibilidade] está fundamentalmente associado ao de confiança” (p. 53), e resultaria de “uma percepção da qualidade do testemunho, realizada pelo interlocutor a partir de certos indicadores e situações (Lisboa, 2012). Uma avaliação positiva da credibilidade do enunciador é capaz de gerar confiança” (p. 53). Por que o enunciador mereceria essa avaliação positiva é algo que ultrapassa largamente o julgamento racional e é isso o que torna extremamente complexa a discussão sobre credibilidade, no jornalismo e além dele.

O problema começa, certamente, porque a credibilidade não deriva necessariamente, e talvez nem mesmo principalmente, de um julgamento racional, mas da adesão a alguma autoridade, que pode ser identificada num enunciador específico – um pastor, por exemplo, que se dirige a seus fiéis – ou ao próprio meio através do qual as mensagens são veiculadas, de modo que a antiga referência legitimadora traduzida na frase “deu no jornal” se reproduz na justificativa “eu li/vi no Whatsapp”, ou “no Facebook”, ou “na internet”, conferindo-se equivocadamente a essas plataformas ou ao próprio meio digital um *status* similar ao da imprensa: ignora-se a fonte da informação, mas acredita-se nela porque circula num meio que *aparece* como credível. Esse deslocamento é crucial para a compreensão do fenômeno: com a contestação do controle da informação exercido pelo jornalismo profissional e com a tecnologia que permitiu a qualquer um publicar qualquer coisa, a proximidade social passa a ser um fator referencial de credibilidade “(aquilo que é compartilhado por um conhecido acaba sendo legitimado)”, da mesma forma que a quantidade de compartilhamentos e curtidas (Carvalho, 2019, p. 23).

<sup>1</sup> Dizemos “tensão” e não “polarização” porque, diferentemente do discurso corriqueiro disseminado pela mídia, especialmente no caso brasileiro, falar em polarização significa supor uma radicalização equivalente entre dois polos, algo cuja falsidade seria facilmente constatável.

Também merece questionamento o recurso a certas fontes filosóficas que orientam as autoras em sua reflexão. Primeiramente, Thomas Reid (2008, citado em Lisboa & Benetti, 2017, p. 53), que considerava a verdade um impulso natural da mente humana e a mentira uma violência contra nossa natureza, e por isso concluía que estaríamos propensos a dizer a verdade e a confiar no que os outros dizem: falar contemporaneamente sobre o funcionamento da mente humana exigiria uma referência aos estudos em neurociência, inexistentes no século XVIII, quando viveu o filósofo; mas mesmo antes deles seria possível duvidar dessa formulação, como vimos acima na menção a Hannah Arendt sobre a mentira como um ato de liberdade humana. Mais: diante do comportamento observado nas bolhas das redes sociais, seria mesmo possível dizer, como Goldman (1999, citado em Lisboa & Benetti, 2017), que “é porque perseguimos a verdade que tiramos dúvidas específicas com fontes de informação com autoridade no assunto e não com qualquer um” (p. 53)?

Esses questionamentos poderiam contribuir para o desdobramento e a eventual correção no caminho que as autoras começaram a percorrer nessa discussão sobre credibilidade no jornalismo. Afinal, elas mesmas reconhecem que “a credibilidade percebida pelo leitor sofre influência direta da credibilidade constituída, mas não necessariamente estará fundada em todos os mesmos valores e princípios” (Lisboa & Benetti, 2017, p. 55). Por isso, se é certo dizer que “a confiança depositada pelos leitores nos jornalistas e veículos depende da consonância entre o dever-ser do jornalismo e aquilo que percebem que é efetivamente praticado” (Lisboa & Benetti, 2017, p. 58), é preciso atentar para os outros valores e princípios que podem orientar esse público, ou, pelo menos, parte dele – considerando seu caráter necessariamente heterogêneo –, e que podem não ter nada a ver com os critérios clássicos do jornalismo de referência. Para esse público, aliás, seria inútil o trabalho das agências de *fact checking*: como diz Luis Felipe Miguel (2019a), autor muito crítico a essa atividade,

se o jornalismo profissional não desfruta mais da credibilidade que suas práticas conferiam, se uma parte do público acredita que ele participa de uma conspiração para ocultar a realidade, não há por que não julgar que as agências de *fact checking* estão igualmente comprometidas. (Miguel, 2019a, p. 51)

Em suma: se, afinal, o que vai importar para o comportamento social é a credibilidade atribuída – por mais que isso possa não afetar os profissionais ou os empresários do ramo, que podem estar convencidos de que

cumprem adequadamente os seus princípios, ou entender que basta repeti-los para assegurarem seu lugar de autoridade –, é preciso entender porque uma parcela do público atribui credibilidade ao que é falso e continua a agir assim mesmo quando confrontada com evidências em contrário. Uma das hipóteses é a de que acreditamos no que percebemos como verdadeiro, mesmo que não seja, pois a percepção de que o orador é sincero – mesmo que não seja... – tem bastante peso. Mas isso é algo que precisaria ser averiguado numa etapa posterior desta pesquisa (Marcia Benetti, entrevista pessoal, 12 de junho, 2019).

## O CASO VAZA JATO

Uma “premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”, com “investigações aprofundadas” e “análises implacáveis” sobre “política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais”, e que garante a seus jornalistas “a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem”. O texto de apresentação de *The Intercept Brasil*<sup>2</sup> reproduz o do original *The Intercept*<sup>3</sup>, lançado na esteira do sucesso do jornalista e advogado Glenn Greenwald, vencedor do Prêmio Pulitzer de 2014 pelas reportagens realizadas no ano anterior, a partir dos arquivos de Edward Snowden, ex-funcionário da Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA, na sigla em Inglês), que revelavam os programas secretos de vigilância do Governo norte-americano. O projeto foi viabilizado pelo investimento do fundador do E-Bay, Pierre Omidyar, que o inseriu entre as publicações da First Look Media, “empresa multimídia dedicada a apoiar vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento”<sup>4</sup>, criada em 2013.

Greenwald (2016) justificou o lançamento do TIB como forma de ajudar a saciar a “sede por um jornalismo mais independente, pluralístico e destemido” (Greenwald, 2016, §3), considerando a repercussão das reportagens produzidas por sua equipe sobre a crise política brasileira, que resultaria na derrubada da presidenta Dilma Rousseff. O jornalista criticava então a concentração dos meios de comunicação no país e o comprometimento

<sup>2</sup> Disponível em <https://theintercept.com/brasil/staff/>

<sup>3</sup> Disponível em <https://theintercept.com/about/>

<sup>4</sup> Disponível em <https://theintercept.com/brasil/staff/>

dessas empresas no processo que levou à queda do Governo. Também incentivava quem desejasse enviar informações confidenciais sobre fatos que pudessem gerar investigação jornalística, indicando um guia pelo qual a fonte garantiria o anonimato. Este é um diferencial do veículo, que, mais tarde, na campanha difamatória decorrente da repercussão do caso Vaza Jato, o levaria a ser acusado de incentivar crimes<sup>5</sup>.

Dois anos depois, o TIB lançaria uma campanha agressiva em busca de apoio financeiro através da plataforma de *crowdfunding* Catarse.me<sup>6</sup>, com um vídeo que intercalava frases e palavras definidoras de seus princípios editoriais com informações sobre reportagens de impacto já realizadas: “se não incomoda ninguém, não serve pra nada”. “A gente vai fundo”. “Muito fundo”. “Mesmo”. “Porque todos os governos mentem”. “Não fazemos média com ninguém”. “Mais combativo”. “Transparência”. “Doa a quem doar”. “A gente só quer uma coisa”. “Manter os poderosos na linha”. “Já somos milhares de pessoas”. “O *Intercept Brasil* não para de crescer”. “Siga o TIB”. “Compartilhe as matérias. Invista no nosso futuro”. “Faça parte do movimento”. “O Brasil depende do jornalismo”. “O jornalismo depende de você”.

Embora o vídeo de propaganda tenha obviamente muito mais impacto, pela seleção das imagens, trilha sonora e forma de apresentação do texto, só a apreciação dessa sequência já permitiria perceber como o TIB reitera os princípios clássicos do jornalismo – a independência, a transparência, a fiscalização dos “poderosos”, coerente com o conceito de “quarto poder” – e os alia ao sentido de uma militância que nivela, ainda que apenas retoricamente, a equipe de jornalistas a seu público, e instila nele o sentido cívico da colaboração com o projeto: o TIB é um movimento, sustentá-lo é defender o Brasil.

A julgar pelo número de assinantes, são poucos os que têm tal espírito cívico. Ainda assim, a série batizada de Vaza Jato fez quadruplicar o apoio ao TIB: de cerca de 2.300 para aproximadamente 10 mil a partir de junho de 2019, quando o site lançou o primeiro pacote de reportagens sobre o tema<sup>7</sup>. O material foi precedido por um editorial no qual o jornal investe no princípio da “transparência” e informa “como e por que o *Intercept* está

<sup>5</sup> Para uma contestação a essas acusações, ver Declercq (2019).

<sup>6</sup> Ver <https://www.catarse.me/intercept>

<sup>7</sup> Informação fornecida pelo TIB, por email, com a ressalva de que não se pode falar num número preciso porque há uma oscilação nas contribuições mensais, que situa o cálculo de colaboradores entre 9.500 e 10.500 desde que a série da Vaza Jato começou a ser publicada (Marianna Araújo, entrevista pessoal, 17 de outubro, 2019).

publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro” (Greenwald, Reed & Demori, 2019). Foi uma forma de se antecipar à previsível reação dos envolvidos e de seus apoiadores – a própria imprensa tradicional, que trabalhou sistematicamente na exaltação da Operação Lava Jato e na transformação de Moro em herói nacional<sup>8</sup>, e o público que acolheu entusiasmadamente esse discurso.

O editorial anunciava as “reportagens explosivas” que mostravam “discussões internas e atitudes altamente controversas, politizadas e legalmente duvidosas da força-tarefa da Lava Jato, coordenada pelo procurador renomado Deltan Dallagnol, em colaboração com o atual ministro da Justiça, Sergio Moro, celebrado a nível mundial” (Greenwald et al., 2019, §1). Explicava que as reportagens estavam sendo produzidas “a partir de arquivos enormes e inéditos<sup>9</sup> – incluindo mensagens privadas, gravações em áudio, vídeos, fotos, documentos judiciais e outros itens – enviados por uma fonte anônima” e revelavam “comportamentos antiéticos e transgressões que o Brasil e o mundo” tinham “o direito de conhecer” (Greenwald et al., 2019, §2).

Em seguida, contextualizava a importância da exposição dos métodos da Lava Jato pela influência que essa operação teve nos destinos políticos do país, com a condenação e prisão do ex-presidente Lula, que liderava as pesquisas para a eleição presidencial de 2018, e com a nomeação de Moro para o Ministério da Justiça, o que levava a aumentar as suspeitas de que o ex-juiz havia agido deliberadamente para abrir caminho à eleição de Jair Bolsonaro. O texto ressaltava o caráter controverso de Moro e dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato no Brasil e no mundo e reiterava o valor do material que começava a ser divulgado, porque “pela primeira vez” o público iria “tomar conhecimento do que esses juízes e procuradores estavam dizendo e fazendo enquanto pensavam que ninguém estava ouvindo” (Greenwald et al., 2019, §8). As conversas revelavam o interesse explícito de impedir a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), apesar das “sérias dúvidas” quanto às provas que levariam Lula à prisão.

O TIB informa que apenas recebeu aquele material de uma fonte anônima, eximindo-se assim de qualquer responsabilidade criminal que lhe pudesse ser imputada. O empenho do jornal seria apenas “informar

<sup>8</sup> Um dos estudos sobre esse processo é o de Tarcis Prado Junior, na tese *Livrai-nos do mal: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia* (Prado Junior, 2019). Ver também, entre outros, Sylvia Moretzsohn, “Discursos midiáticos e a deslegitimação da política” (Moretzsohn, 2017) e “O salvador da pátria e o cidadão nu” (Moretzsohn, 2016).

<sup>9</sup> Eram trocas de mensagens pelo aplicativo Telegram, mas isso não é referido no editorial, apenas nas reportagens.

à sociedade questões de interesse público e expor transgressões” (Greenwald et al., 2019, §11) daquelas autoridades. Ao mesmo tempo, esclarece que tomou providências de cunho ético ao selecionar o que deveria ser divulgado: “as informações que revelam transgressões ou engodos por parte dos poderosos devem ser noticiadas, mas as que são puramente privadas e infringiriam o direito legítimo à privacidade ou outros valores sociais devem ser preservadas” (Greenwald et al., 2019, §13). Ao agirem assim, estariam empregando “o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo” (Greenwald et al., 2019, §13).

Antecipando-se às possíveis e prováveis críticas que receberiam, os editores afirmam que, ao reproduzirem os arquivos, orientavam-se

pela mesma argumentação que levou boa parte da sociedade brasileira – aí incluídos alguns jornalistas, comentaristas políticos e ativistas – a aplaudir a publicidade determinada pelo então juiz Moro das conversas telefônicas privadas entre a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor Luiz Inácio Lula da Silva. (Greenwald et al., 2019, §14)

Referiam-se ao episódio da nomeação frustrada de Lula para a Casa Civil, imediatamente divulgada pela mídia, e que foi o estopim para o recrudescimento das manifestações populares que deram sustentação ao *impeachment*. O princípio do TIB para justificar a publicação das reportagens baseadas nos arquivos secretos seria o mesmo: “o de que uma democracia é mais saudável quando ações de relevância levadas a cabo em segredo por figuras políticas poderosas são reveladas ao público” (Greenwald et al., 2019, §14). No entanto, o editorial ressalta que Moro havia divulgado também conversas privadas entre Lula e outros interlocutores, sem qualquer interesse público.

Precavendo-se contra retaliações, os editores anunciam que haviam tomado providências para “garantir a segurança do acervo fora do Brasil, para que vários jornalistas possam acessá-lo, assegurando que nenhuma autoridade de qualquer país tenha a capacidade de impedir a publicação dessas informações” (Greenwald et al., 2019, §16). Finalmente, informam que, ao contrário do que adotam como regra, não solicitaram comentários dos procuradores e demais envolvidos nas reportagens porque se tratava de uma medida de precaução: a intenção era evitar que eles atuassem para impedir a publicação. Além disso, consideravam que os documentos falavam por si. E prometiam entrar em contato com as pessoas citadas logo após a publicação das matérias.

O editorial concluía dizendo que, diante do “imenso poder dos envolvidos e o grau de sigilo com que eles operam – até agora –, a transparência é crucial para que o Brasil tenha um entendimento claro do que eles realmente fizeram” (Greenwald et al., 2019, §18). E concluem: “A liberdade de imprensa existe para jogar luz sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras” (Greenwald et al., 2019, §18).

Uma breve análise desse editorial permite perceber a reafirmação dos princípios do TIB já anunciados na estreia do site e no material de propaganda para captação de recursos – o destemor, a determinação em investigar e denunciar os desvios dos “poderosos”, de revelar o que eles se empenham em esconder, os cuidados éticos para separar nesses documentos o que é de interesse público do que não é, a preservação do sigilo da fonte e a defesa dos princípios democráticos que o jornalismo deve assumir. Ao mesmo tempo, o editorial expõe uma tática política para escapar da censura ou de constrangimentos, cuidando para que os arquivos estejam a salvo e acessíveis a outros jornalistas pelo mundo. No entanto, ao ironizar sutilmente os alvos de suas denúncias, resvala para um equívoco, ao equiparar as ações do então juiz na divulgação dos áudios da conversa entre Lula e Dilma ao trabalho jornalístico realizado agora. Pois não são comportamentos equivalentes: a responsabilidade de quem exerce um cargo público é distinta da de um jornalista, como deveria ser claro. Moro, naquele momento, cometeu dois crimes: o de autorizar, ou pelo menos acolher, a gravação de uma conversa da Presidenta da República – o que só poderia fazer com autorização do Supremo Tribunal Federal – e o de permitir a divulgação dessa conversa. Os jornalistas, caso tenham apenas recebido material sigiloso de alguma fonte, não cometeram crime algum. O equívoco assinalado aqui não é negligenciável, porque demonstra a concepção que os editores têm do funcionamento da democracia.

A primeira série de reportagens foi ao ar num domingo, 09 de junho de 2019, e provocou imediata e contraditória reação dos envolvidos. O Ministério Público Federal do Paraná, que reúne os procuradores da Lava Jato, logo soltou nota associando o TIB ao crime de invasão de privacidade cometido por um *hacker* – que, segundo eles, seria a fonte do vazamento das conversas – e levantando a hipótese de que os trechos divulgados não seriam autênticos ou estariam descontextualizados. Já o ex-juiz Moro preferiu lamentar a falta de identificação da fonte – como se desconhecesse o sigilo que a Constituição Federal garante em relação a isso – e o fato de os jornalistas não terem consultado previamente os envolvidos nas denúncias. A mídia tradicional demorou algumas horas para repercutir a série e o fez

com cautela, falando em “supostas denúncias” e mensagens “atribuídas a procuradores da Lava Jato”<sup>10</sup>.

Não há espaço neste artigo para tratar detalhadamente dos desdobramentos desta série de reportagens, que teria potencial para derrubar o Ministro da Justiça e o procurador-chefe da Lava Jato, e os motivos por que isso não ocorreu mereceriam análise específica. Importa aqui assinalar a estratégia dos editores para a divulgação do material. Em primeiro lugar, o formato adotado para a reprodução de trechos dos diálogos, que mimetizava a estética do Telegram e podia levar os leitores a pensar que se tratava de *prints* daquelas páginas, por mais que o TIB esclarecesse que eram transcrições, que preservavam inclusive os erros de digitação originais. Aquele formato pretendia sugerir o valor documental do material e afastar a suspeita de descontextualização, levantada desde o início pelas autoridades envolvidas e seus aliados na imprensa. No entanto, um erro na identificação de um dos procuradores – um personagem coadjuvante no caso –, logo corrigido, levou *O Antagonista*, site de direita, apoiador do Governo, a utilizar o deslize como prova de que o TIB poderia adulterar os diálogos, o que tiraria o crédito da série de reportagens (A justificativa que é confissão de Greenwald, 2019; Cara, não confio no Intercept, não, 2019).

Outro aspecto fundamental da estratégia dos editores, que já atuavam intensamente nas redes sociais, foi utilizá-las para criar expectativas sobre o que viria a seguir – expectativas nem sempre cumpridas, mas que, pelo menos, num primeiro momento, excitaram outros jornalistas, formadores de opinião e a audiência identificada à esquerda, favorecendo especulações sobre a próxima “bomba” e eventualmente provocando frustrações – e polemizando com as autoridades denunciadas: tanto Greenwald quanto Leandro Demori, outro editor executivo, assumiam a postura de “homens de ação”, com o risco especial que esse comportamento acarreta para jornalistas, que transitam no fio da navalha entre o compromisso ético e a militância e por isso se tornam mais vulneráveis a ataques daqueles que, frequentemente, de modo cínico, lhes exigem a obediência estrita a supostos princípios profissionais.

Acrescente-se a isso a conjuntura política e a situação peculiar de Greenwald, homossexual assumido e radicado no Brasil desde 2005, casado com David Miranda, deputado federal do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), que assumiu a vaga de Jean Wyllys, autoexilado para escapar das ameaças que vinha sofrendo: essa situação deu margem a todo tipo de exploração

<sup>10</sup> Um resumo da repercussão imediata desse primeiro pacote de reportagens é feito por Moretzsohn (2019).

política, chegando a envolver ataques a Miranda como forma de desqualificar o trabalho do TIB<sup>11</sup>. Além disso, Greenwald ficou no alvo de Moro, que, na condição de ministro da Justiça, assinou em julho de 2019 uma portaria que permitia a repatriação ou deportação sumária de estrangeiro considerado “pessoa perigosa para a segurança do Brasil”<sup>12</sup> (Sanches, 2019, § 2).

Outro aspecto da estratégia adotada para a divulgação da série da Vaza Jato foi o estabelecimento de parcerias com veículos da mídia tradicional – *Folha de S. Paulo*, UOL, *Veja*, *El País Brasil* –, além do *Buzz Feed News* e do colunista Reinaldo Azevedo, outrora um radical crítico do PT. A intenção aqui é dupla: de um lado, ganhar mais braços e cérebros para trabalhar o extenso material obtido e atingir um público mais amplo e, de outro, legitimar-se para além da bolha da esquerda na qual o TIB se situa, o que tem diretamente a ver com a questão da credibilidade.

No entanto, chamou a atenção a tentativa frustrada de um acordo com a Globo, rejeitado pela empresa. Greenwald escreveu no Twitter que “a Globo é sócia, agente e aliada de Moro e Lava Jato – seus porta-vozes –, e não jornalistas que reportem sobre eles com alguma independência. (...) Então não esperem nada além de propaganda”. A Globo, por sua vez, divulgou nota explicando os motivos de não ter aceito a parceria – que havia firmado anteriormente, no caso Snowden – e levantando suspeitas sobre as intenções do jornalista com a série. Sem entrar nos detalhes dessa polêmica, importa indagar: caso a parceria tivesse sido estabelecida, seriam divulgadas eventuais conversas comprometedoras entre os procuradores e jornalistas ou diretores da Globo?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da credibilidade ganha uma complexidade maior diante de reportagens derivadas de vazamentos: como dissemos no início, essas informações serão sempre objeto de alguma dúvida suplementar, pois o jornalista há de confiar na fonte, mas ela lhe terá fornecido a íntegra do material de que dispõe ou terá selecionado apenas o que lhe convém? Para o público, a dúvida envolve ainda o comportamento do jornalista e os interesses do veículo de comunicação: no caso aqui analisado, aliás, os

<sup>11</sup> Um deles foi a suspeita de que Miranda participaria de um esquema de “rachadinha” – a transferência de parte dos salários dos funcionários do gabinete ao parlamentar – semelhante àquele do qual o deputado Flávio Bolsonaro, um dos filhos do Presidente da República, era acusado.

<sup>12</sup> Casado legalmente e pai adotivo de duas crianças, Greenwald não seria atingido pela medida, mas Bolsonaro ameaçou: “talvez pegue uma cana aqui no Brasil” (Dal Piva, 2019).

editores do TIB anunciaram a supressão das partes que consideraram não ter interesse público. O que é eticamente correto, mas ao mesmo tempo implica o estabelecimento de uma relação que obriga o leitor a confiar no jornalista e, conseqüentemente, na fonte oculta, cujos interesses em vaziar as informações jamais serão identificados. Por mais que se diga que o que importa é o conteúdo da reportagem, saber a sua origem é sempre um dado relevante para avaliar a oportunidade e o contexto em que as informações vêm à luz.

No Brasil, a mídia tradicional acostumou-se a utilizar informações oriundas de vazamentos, tantas vezes acriticamente, como as análises reunidas por Cerqueira (2004) podem demonstrar. No caso Vaza Jato, a reação imediata oscilou entre a cautela e a suspeita. Não por acaso: a ser verdadeiro, aquele material demoliria a imagem tão zelosamente construída por essa mesma mídia em torno dos condutores de uma operação apresentada como implacável no combate à corrupção e dedicada à restauração da moralidade nacional. Veículos usados como porta-vozes da direita, como *O Antagonista*, e mecanismos estruturados nas redes sociais pelas forças políticas atuantes no mesmo espectro ideológico, foram acionados imediatamente para tentar desacreditar o trabalho do TIB. Na outra ponta, formadores de opinião e público identificados à esquerda, que costumavam contestar o jornalismo feito através de vazamentos, desta vez os acolheram entusiasmadamente. Porquê?

Porque se trata de uma crença duplamente justificada, para utilizarmos os termos definidores da credibilidade jornalística discutidos aqui. Primeiro, porque se tratava da comprovação daquilo que já se denunciava desde o início da Operação Lava Jato: sua seletividade, seu partidarismo, suas arbitrariedades, seu papel decisivo no processo que levou à derrubada do Governo do PT. Como escreveu Luis Felipe Miguel (2019b), os documentos “têm mais sabor de confirmação do que de revelação” (s. p.). Portanto, não seria por puro oportunismo político que se conferiria credibilidade à série, mas sim porque já se percebia – e, em vários casos, já se demonstrava – o caráter conspiratório da operação e se ansiava por fatos que viessem a comprová-la. Justificava-se também a crença em Greenwald, pela sua comprovada competência e pelo seu prestígio internacional. Por isso, foi fácil acreditar na idoneidade da fonte oculta, na integridade dos diálogos, na sua correta contextualização e nos critérios utilizados pela equipe de jornalistas para selecionar o que era relevante publicar.

No entanto, essa crença está justificada para este tipo de público. Isso quer dizer que a credibilidade atribuída – ao veículo de modo geral e

a essa série em particular – dependerá da posição ideológica do leitor, que tende a se reforçar em momentos de radicalização das paixões políticas como o vivido no Brasil nos últimos anos. No texto em que expõe as razões do lançamento da série de reportagens e os procedimentos adotados, o TIB cultiva o valor da “transparência” – que é sempre enganador, porque jamais é absoluto – e reproduz os princípios da credibilidade constituída historicamente pelo jornalismo. Mas apenas uma pesquisa de recepção poderia confirmar se a estratégia adotada pelo TIB conseguiu ir além do público já crítico da Lava Jato.

Finalmente, o protagonismo dos dois editores executivos tem o mérito de restituir à atividade jornalística seu caráter político, sistematicamente mascarado pelo discurso prevaletente do “profissionalismo”, que a mídia hegemônica usa para tentar afetar isenção. Ao mesmo tempo, representa o risco de uma excessiva exposição – sobretudo em polêmicas nas redes sociais e em programas popularescos de TV – que tumultua um ambiente já poluído como é o da guerra ideológica virtual, e que interfere na percepção do trabalho de reportagem<sup>13</sup>. Além disso, ainda mais num contexto de paixões políticas radicalizadas, a explicitação da defesa de causas tende a cristalizar as posições e a alimentar a desconfiança daqueles que, em princípio, os jornalistas precisam conquistar, se pretendem falar além das próprias bolhas.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

## REFERÊNCIAS

A justificativa que é confissão de Greenwald (2019, 29 de junho).

*O Antagonista*. Retirado de <https://www.oantagonista.com/brasil/a-justificativa-que-e-confissao-de-greenwald/>

Arendt, H. (1988). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Cara, não confio no Intercept, não (2019, 29 de junho). *O Antagonista*. Retirado de <https://www.oantagonista.com/brasil/cara-nao-confio-no-intercept-nao/>

<sup>13</sup> Também nos EUA, Greenwald recebe críticas por seu comportamento, ao participar, por exemplo, de canais ideologicamente antagônicos como a Fox News e o Democracy Now (Parker, 2018).

- Carvalho, R. L. V. R. (2019). Notícias falsas ou propaganda? Uma análise do estado da arte do conceito de fake news. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, 7(13), 21-30. Retirado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19177>
- Cerqueira, L. E. (Ed.) (2004). *A mídia e o jornalismo fiteiro*. São Paulo: Observatório da Imprensa/Projor. Retirado de <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/jornalismofiteiro.pdf>
- de Souza, R. B. R. (2016). Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 13(2), 88-97. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2016v13n2p88>
- Dal Piva, J. (2019, 27 de julho). 'Talvez pegue uma cana aqui no Brasil', afirma Bolsonaro sobre Glenn Greenwald. *O Globo*. Retirado de <https://oglobo.globo.com/brasil/talvez-pegue-uma-cana-aqui-no-brasil-afirma-bolsonaro-sobre-glenn-greenwald-23837301>
- Declercq, M. (2019, 22 de julho). O texto sobre deep web foi escrito por um homem que não sabe como funciona a deep web. *VICE*. Retirado de [https://www.vice.com/pt\\_br/article/gy44g7/o-texto-sobre-deep-web-foi-escrito-por-um-homem-que-nao-sabe-como-funciona-a-deep-web](https://www.vice.com/pt_br/article/gy44g7/o-texto-sobre-deep-web-foi-escrito-por-um-homem-que-nao-sabe-como-funciona-a-deep-web)
- Fillion, R. M. (2018, 19 de dezembro). Fighting the reality of deepfakes. *NiemanLab*. Retirado de <https://www.niemanlab.org/2018/12/fighting-the-reality-of-deepfakes/>
- Genro Filho, A. (2012). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- Greenwald, G. (2016, 02 de agosto). Bem-vindo ao The Intercept Brasil. *The Intercept Brasil*. Retirado de <https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>
- Greenwald, G., Reed, B. & Demori, L. (2019, 09 de junho). Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro. *The Intercept Brasil*. Retirado de <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>
- Lisboa, S. (2012). *Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, objetividade, honestidade e coerência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Retirado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/54507>
- Lisboa, S. & Benetti, M. (2015). O jornalismo como crença verdadeira justificada. *Brazilian Journalism Review*, 11(2), 10-19. <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n2.2015.664>

- Lisboa, S. & Benetti, M. (2017). Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 14(1), 51-62. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2017v14n1p51>
- Miguel, L. F. (2019a). Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 16(2), 46-58. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p46>
- Miguel, L. F. (2019b, 10 de junho). Conspiração Lava Jato [Post em blogue]. Retirado de <https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/10/conspiracao-lava-jato/>
- Moretzsohn, S. (2016, 17 de março). O salvador da pátria e o cidadão nu. *Suplemento Pernambuco*. Retirado de <https://www.suplementopernambuco.com.br/artigos/1557-o-salvador-da-p%C3%A1tria-e-o-cidad%C3%A3o-nu.html>
- Moretzsohn, S. (2017). Discursos midiáticos e a deslegitimação da política. *E-legis*, 10(24), 63-87. Retirado de <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/369/436>
- Moretzsohn, S. (2019, 10 de junho). Intercept Brasil revela o nosso Watergate. Retirado de <https://objethos.wordpress.com/2019/06/10/intercept-brasil-revela-o-nosso-watergate/>
- Parker, I. (2018, 27 de agosto). Glenn Greenwald, the bane of their resistance. *The New Yorker*. Retirado de <https://www.newyorker.com/magazine/2018/09/03/glenn-greenwald-the-bane-of-their-resistance>
- Prado Junior, T. (2019). *Livrai-nos do mal: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia*. Tese de Doutorado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, Brasil. Retirado de <https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1623>
- Sanches, M. (2019, 26 de julho). Portaria 666: por que medida de Moro sobre expulsão de estrangeiros é inconstitucional na visão de especialistas. *BBC Brasil*. Retirado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49134995>
- Serra, A. A. (1989). Duas ou três coisas sobre a verdade. In C. Nelson, N. Santos, S. Noronha & S. Moretzsohn (Eds.), *Jornalistas pra quê? Os profissionais diante da ética* (pp. 11-13). Rio de Janeiro: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Citação:

Moretzsohn, S. D. & Pinto, M. (2020). O caso Vaza Jato: uma discussão sobre verdade, política, ética e credibilidade. In Z. Pinto-Coelho; T. Ruão & S. Marinho (Eds.), *Dinâmicas comunicativas e transformações sociais. Atas das VII Jornadas Doutorais em Comunicação & Estudos Culturais* (pp. 182-201). Braga: CECS.